



JORGE MORGADO
 bqimica@ist.utl.pt
 www.spq.pt

O Verão traz consigo, não apenas as férias escolares, mas sobretudo um dos períodos de maior apreensão para alunos e pais/encarregados de educação.

São divulgados os resultados da avaliação, em particular no que se refere aos exames nacionais e ao acesso ao ensino superior.

Continuam as discussões em relação ao sucesso/insucesso escolar; os exames nacionais e o seu grau de dificuldade; estatísticas e modo de acesso ao ensino superior. E, ainda, o grau de preparação dos alunos que entram para as Universidades e Institutos Politécnicos com a legítima ambição de conseguir um diploma.

Tudo isto usado, muitas vezes, como arma de combate político, e enquadrado num panorama económico-social mais amplo. Pelo facto de as consequências sobre política de ensino serem de longo termo (muito mais do que os ciclos governativos de 4 anos...), estas deveriam ser alvo de acordos políticos mais alargados, deixando que elas se implementassem e fosse possível avaliar as suas implicações.

Não é claro que, com a actual separação entre o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, exista uma comunhão de objectivos entre eles. Nos últimos anos, o abandono escolar e a média das classificações obtidas nos exames nacionais e nas provas globais são as métricas mais relevantes para o ME. O primeiro objectivo é importante, porque se pretende manter os alunos num meio escolar, garantindo a universalidade de uma formação mínima, procurando, desta forma, evitar o seu lançamento precoce no mercado de trabalho e a minimização de problemas sociais como a exclusão e a delinquência. A segunda métrica tem sido usada como arma política de validação das políticas educativas. Quando se comparam médias obtidas por cada disciplina ao longo de vários anos, para daí concluir da evolução do sucesso de aprendizagem, nem sempre se pondera, adequadamente, o efeito da comparabilidade das provas. Transparece, aliás, que algumas das medidas recentes do ME se destinam a aumentar estas métricas, sem que isso corresponda, efectivamente, a uma melhoria do grau de assimilação, pe-

los alunos, dos conteúdos e conceitos. Esta segunda implicação é a que tem maior reflexo no ensino superior. Um aumento de médias origina um maior grau de ocupação de vagas disponíveis (em particular nos casos em que a nota mínima de acesso é superior a 10/20 valores), mas não corresponde, necessariamente, a uma população de estudantes mais bem preparada.

Aliás, as notas de acesso a alguns cursos, de que Medicina continua a ser o caso paradigmático, estão cada vez mais desfazadas de uma realidade que se pretende de aferição da capacidade/preparação dos alunos para neles ingressarem. O facto de as notas das disciplinas, para efeito de acesso ao ensino superior, serem mantidas durante 3 anos, tem três consequências: muito poucos alunos conseguem entrar no ano em que concluem o 12º ano, face a um inflacionamento dessas notas; há muitos alunos que vão melhorando as notas de uma ou mais disciplinas durante esses três anos, até que a média final lhes permita a entrada; há alunos que se inscrevem em cursos superiores (“cursos trampolim”) para obter uma melhor preparação nalgumas disciplinas básicas e depois, ou por via da repetição de provas de acesso ou por via de transferência, acederem ao curso pretendido. Cria-se assim um “limbo” que retém os alunos por períodos de até 3 anos.

A resolução destes e de outros problemas do Ensino requerer mais algumas iterações. Esperamos que este processo seja convergente para bem dos futuros agentes do desenvolvimento português e da sociedade portuguesa em geral.

Neste número do QUÍMICA pode encontrar uma resenha das várias actividades “Olimpicas” de Química que decorreram no início deste ano, e que mostram o dinamismo e capacidade de mobilização da SPQ e de muitos Professores e alunos que nelas participam.

Há vários artigos, dos quais destaco um sobre a actividade dos “Chaperones” moleculares, onde se desvenda parte do véu que é o seu papel na actividade das proteínas; um artigo da área da nanotecnologia em que se estuda a libertação controlada de iodeto de cézio encapsulado em nanotubos de carbono – dão-se os primeiros passos numa área que pode ter grandes implicações, por exemplo, na medicina, servindo estes nanotubos como veículos de transporte e de libertação controlada, *in situ*, de fármacos. Numa época em que a dependência do petróleo, com o quase contínuo aumento dos preços dos combustíveis, e as alterações climáticas assumem um carácter resolutório de urgência, apresenta-se um conjunto de recomendações da EuCheMS (e qual o papel dos Químicos para as concretizar) para ajudar a UE a responder ao compromisso assumido de reduzir o impacto da actividade humana sobre as alterações climáticas e sobre uma eficiente produção e uso de energia.

Boa Leitura e Boas Férias!